

Água não é mercadoria

Newton de Lima Azevedo *

Dos 130 milhões de brasileiros que integram a população urbana, 110 milhões não têm esgoto tratado. Os mais pobres e miseráveis desse grupo, em torno de 11 milhões, não têm sequer acesso à água potável. Mais de 40 milhões não conseguem receber água regularmente, vivendo num penoso regime de rodízio de abastecimento.

Esse é o quadro de um dos maiores dramas dos brasileiros que não tem merecido a devida atenção das autoridades do Executivo, dos partidos políticos, do Congresso, de parlamentares e até mesmo de integrantes da Justiça. Não é exagero dizer que o enorme problema ainda não sensibilizou os homens públicos no Brasil. Apesar de se constituir em uma das grandes questões da saúde pública, ele foi banido dos discursos políticos e dos programas de governo.

O fato é que o saneamento básico no Brasil enfrenta um atraso evidente, sendo atualmente um significativo gerador de doenças para grande massa dos brasileiros, além de se constituir num dos mais fortes impedimentos

para o desenvolvimento do País com justiça social. Há uma óbvia conclusão nesse triste quadro brasileiro: os serviços de saneamento beneficiam mais os setores privilegiados da sociedade e excluem as populações carentes.

A cobertura dos serviços de saneamento é muito maior nas regiões Sul e Sudeste, mesmo considerando as sérias deficiências existentes nessas áreas. Para reverter essa situação, o País precisa de muitos investimentos para renovar, melhorar e expandir os serviços de água, objetivando atender à população que hoje não tem acesso sistemático à água potável, além de instalar redes nas novas áreas que se criaram com o crescimento da população.

Os serviços de saneamento beneficiam mais os setores privilegiados da sociedade

São necessários investimentos para renovar e ampliar a infra-estrutura de esgoto. Mas, sobretudo, são necessários recursos para construir redes de esgoto onde o serviço nunca existiu, ou seja, na maior parte do País.

Segundo dados obtidos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e na Caixa Econômica Federal (CEF), o Brasil precisa de uma quantia em torno de R\$ 44 bilhões para, em 10 anos, uni-

versalizar os serviços de água e esgoto e outros R\$ 25 bilhões para saldar o endividamento das empresas públicas de saneamento. Considerando que a população brasileira — como revela o IBGE — pode crescer até 24 milhões de pessoas, haverá ainda uma necessidade adicional de R\$ 32 bilhões.

Alguns setores evocam os riscos da privatização da água, de sua transformação em bem de mercado ou da globalização da indústria da água. É preciso esclarecer, primeiramente, que o termo globalização não tem sentido se aplicado ao setor de água. As operadoras oferecem serviços a partir de contratos com as comunidades, administrando um recurso local e utilizando infra-estruturas fixas: impossível pensar em transferência do nosso trabalho.

A água é um bem comum, por isso somos contra a privatização dos recursos hídricos, pois, para nós, a água não é uma mercadoria. O que as empresas operadoras de saneamento fazem é nada mais que prestar um serviço de fornecimento permanente de água de qualidade a cada pessoa e depois restituí-la ao meio natural já tratada. Esse é o serviço faturado, e não a matéria-prima água.

Todas as informações indicam que, no Brasil, a grande maioria

das empresas públicas — estaduais ou municipais — não é capaz de investir tanto dinheiro em saneamento por causa do seu elevado grau de endividamento. Sem contar que quase todas têm sérias dificuldades operacionais e administrativas, fatores que praticamente inviabilizam a obtenção de novos créditos. A realidade atual indica, assim, que as empresas públicas não conseguirão encontrar sozinhas uma solução para o problema do saneamento.

Refletindo sobre a realidade acima exposta, creio que é chegada a hora de a sociedade brasileira atuar de forma efetiva e coordenada no sentido de redimensionar o papel do Estado no setor do saneamento, se realmente a intenção for solucionar esse problema.

À primeira vista poderia parecer que nós, da iniciativa privada, achamos que o Estado atrapalha. Mas não é nada disso, o que queremos deixar claro é que o Estado, sozinho, não conseguirá solucionar o problema. A política-modelo na qual acreditamos é a de conjugar financiamentos privados e fundos nacionais ou multilaterais aos recursos disponíveis no Estado. Ou seja, a consolidação de uma

parceria público-privado, na qual a infra-estrutura é cedida ao operador privado, durante a vigência de seu contrato, para que ele as conserve e melhore.

O poder público detém o controle dos serviços de saneamento, enquanto o setor privado se responsabiliza pela execução e gestão desses serviços, estabelecendo-se uma

É preciso firmar parcerias com o governo, na qual a infra-estrutura é cedida ao operador privado

verdadeira parceria público-privado. Temos a certeza de que grupos privados estão capacitados para mobilizar meios finan-

ceiros e propor soluções técnicas e gerenciais adaptadas à realidade brasileira, sempre sob o controle das autoridades públicas.

O Brasil precisa do esforço de todos. Criar falsos dilemas e politizar a questão é, no nosso entender, uma prática que serve apenas para provocar o deterioramento da luta por um país socialmente mais justo. A questão final é que pouco importa se o operador dos serviços de água é público ou privado. Fundamental é ter empresas de saneamento bem geridas para atender às necessidades da população, ou seja, fornecer água para todos e depressa! ■

* Presidente da Ondeo Services do Brasil.

	Fonte	GM
	Data	19/02/2002
Class.	64	Pg 122
Documentação		